

APONTAMENTOS PARA A CONTINUAÇÃO DO DEBATE

Discutindo “Observações ao Texto *A Guerra Civil na França*:

Marx antiestatista? de Felipe Corrêa”

Felipe Corrêa*

* Editor pós-graduado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestre pela Universidade de São Paulo (USP), doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração Ciências Sociais na Educação, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Resumo: Este artigo responde “Observações ao Texto ‘*A Guerra Civil na França*: Marx antiestatista?’ de Felipe Corrêa” e traz novas contribuições ao debate relativas ao contexto de produção de *A Guerra Civil na França* e da práxis de Karl Marx depois da Comuna de Paris.

Palavras chave: Karl Marx. *A Guerra Civil na França*. Teoria da revolução. Estratégia política. Antiestatismo.

Resumen: Este artículo responde “Observaciones al Texto ‘*La Guerra Civil en Francia*: Marx antiestatista’ de Felipe Corrêa” y trae nuevas contribuciones al debate relativas al contexto de la producción de *La Guerra Civil en Francia* y de la praxis de Karl Marx después de la Comuna de Paris.

Palabras clave: Karl Marx. *La Guerra Civil en Francia*. Teoría de la revolución. Estrategia política. Antiestatismo.

Abstract: This article is a reply to "Observations to the Text ‘*The Civil War in France*: Marx anti-statist?’ by Felipe Corrêa” and it brings new contributions to the debate relating to the context of production of *The Civil War in France* and the praxis of Karl Marx after the Paris Commune.

Palabras clave: Karl Marx. *La Guerra Civil en Francia*. Teoría de la revolución. Estrategia política. Antiestatismo.

Resumé: Cet article répond «Notes sur le texte ‘*La Guerre Civile en France*: Marx anti-étatiste?’ écrit par Felipe Correa et apporte nouvelles contributions au débat sur le contexte de la production de *La Guerre Civile en France* et la praxis de Karl Marx après la Commune de Paris.

Key words: Karl Marx. *The Civil War in France*. Theory of revolution. Political strategy. Antistatism.

Antes de tudo, gostaria de agradecer ao autor do artigo de crítica¹ de meu texto “*A Guerra Civil na França: Marx antiestatista?*” (Corrêa, 2013a) e ao conselho editorial da revista *Gestão & Políticas Públicas*, que me concedeu este espaço como direito de resposta, objetivando a continuidade da discussão sobre o tema em questão. Ambos contribuem para que se realize, neste momento, um debate franco e de nível acerca de um autor e de um tema fundamentais às Ciências Humanas. Cumpre apontar que debates como este são, ao mesmo tempo, necessários e escassos nos periódicos científicos brasileiros.²

Neste artigo, pretendo responder brevemente aos comentários críticos do autor e trazer novas contribuições à tona, em particular as contextuais, que não somente colaboram para a continuação do debate, mas podem e devem ser mais detidamente examinadas num outro momento.

Marx e o marxismo

Início destacando que, mesmo sendo anarquista, considero ser necessária a devida compreensão de Marx e do marxismo, e que isso não pode ser feito senão de maneira crítica, antidogmática, com seriedade, aprofundamento e contextualização.

Ademais, também por ser anarquista, possuo inegavelmente maior afinidade com o marxismo heterodoxo – que me parece ser a perspectiva do autor – do que com qualquer outra corrente ortodoxa, em particular a socialdemocracia e o bolchevismo. Apesar das divergências, creio ser este setor libertário a parte mais lúcida e promissora

¹ Refiro-me “ao autor” do artigo, visto que, até o momento, não sei quem é ele/a, em função do modo de trabalho dos periódicos acadêmicos, que se baseiam na análise cega entre pares. Sempre que falo no “autor” é a ele/a que me refiro. A versão do texto dele/a que me foi enviada sem seu nome é aquela apresentada originalmente à revista e, por isso, pode conter diferenças em relação à que foi finalmente publicada. Como esta edição de *Gestão & Políticas Públicas* não havia ainda vindo à lume, tive de fazer as citações do autor com base neste texto recebido e sem as referências dos números de página; identifiquei-as apenas mencionando que são do autor.

² Ainda assim, julgo que a *forma da crítica* do texto do autor, que aparentemente pretende reproduzir o tom comumente utilizado por Marx em suas polêmicas, abusa um pouco no que diz respeito ao deboche e ao escárnio, fugindo da seriedade que penso ser conveniente a um debate deste tipo.

do marxismo, e com ela compartilho diversas posições relacionadas à leitura de mundo e aos caminhos para a transformação social.

Quando destaco a necessidade do antidogmatismo, contraponho-me à repreensão do autor de que eu estaria fazendo uma leitura dogmática ou mesmo uma caricatura de Marx. Se fosse este o caso, dentre outras coisas, eu não teria buscado os originais de Marx, dos marxistas e dos comentadores qualificados; não teria tido o cuidado de separar Marx dos marxistas; não teria me posicionado incertamente sobre minhas prévias conclusões.³ Teria, por exemplo, repetido acriticamente e transformado em princípio imutável as análises de Bakunin ou dos anarquistas sobre Marx e *A Guerra Civil na França*⁴ ou, pior, reproduzido opiniões que circulam nos meios anarquistas que assemelham Marx e toda a tradição marxista, incluindo Lênin, Trotsky, Mao, Stálin e outros.

Quero ressaltar, muito sinceramente, que não apenas tenho buscado me debruçar sobre as pesquisas de Marx e do marxismo do modo anteriormente colocado (crítico, antidogmático, com seriedade, profundidade e contextualização), mas que estou disposto e aberto para ser convencido por posições distintas das minhas. Minha concepção de anarquismo não inclui nenhum tipo de princípio antimarxiano ou algo que

³ Minhas posições incertas e inconclusivas sobre o tema em questão – manifestadas em expressões como “não parece evidente”, “não haver bases seguras” etc. –, vistas pelo autor como mera retórica, são, na verdade, demonstrações de meu antidogmatismo. Em vista da pesquisa estar longe de sua completude, não havia, no momento em que finalizei aquele artigo, qualquer condição de dar respostas mais conclusivas. Adiante, farei alguns esclarecimentos que, provavelmente, permitirão maior entendimento deste argumento. De qualquer forma, destaco que o tipo de socialismo que defendo nunca se pretendeu “científico” e sempre recomendou a devida abertura – ou seja, o antidogmatismo – tanto para as discussões filosóficas quando para a compreensão da realidade histórica passada e presente.

⁴ Segundo Bakunin (2001: 45), o efeito da Comuna “foi tão formidável em toda parte que os próprios marxianos, cujas ideias haviam sido todas derrubadas por essa insurreição, viram-se obrigados a tirar o chapéu diante dela. Fizeram bem mais: ao contrário da mais simples lógica e de seus sentimentos verdadeiros, eles proclamaram que seu programa e seu objetivo eram os deles. Foi um travestismo verdadeiramente bufão, mas forçado. Tiveram de fazê-lo, sob pena de ver-se suplantados e abandonados por todos.” Quando o autor fala que eu considero que “Marx omite seu suposto estatismo na defesa da experiência da Comuna”, a bem da verdade, esta é a posição de Bakunin. Para distintos anarquistas que seguem o argumento de Bakunin, como no caso de René Berthier (2015: 2015), Marx está para *A Guerra Civil na França* assim como Lênin está para *O Estado e a Revolução*; tratam-se de textos oportunistas, com objetivos claramente políticos: “Da mesma maneira que Marx escreveu *A Guerra Civil na França* para atrair os seguidores de Blanqui, Lênin escreveu *O Estado e a Revolução* para atrair o ativo movimento libertário russo, num momento em que o Partido Bolchevique não tinha muita importância”.

o valha; recordemos que o próprio Bakunin manteve uma relação antidogmática, ainda que crítica, com a obra de Marx. Por isso, não posso menos que discordar veementemente de que me apoio num “dogma de que Marx é um estatista incorrigível” (autor).

Sublinho, nesse sentido, que eu gostaria muito que, com a Comuna de Paris, Marx tivesse mudado de posição em relação à sua teoria da revolução e sua estratégia política, e que todos seus aliados e os setores por ele influenciados ou nele inspirados tivessem compreendido e dado continuidade a esta posição. Isso certamente teria evitado parte considerável da tragédia que se tornou o “socialismo” hegemônico no século XX.

Contudo, não é desse desejo – acerca daquilo que gostaríamos que tivesse ocorrido ou do que poderia/deveria ter se passado com Marx – que tratamos neste momento. *A finalidade do presente debate é entender, à luz da teoria e da história e com o devido rigor, o pensamento e as concepções políticas de Marx. Ou, mais especificamente, responder em que medida, depois da Comuna, as posições marxianas acerca do papel do Estado para a emancipação dos trabalhadores possuem traços comuns com o estatismo do marxismo ortodoxo ulterior.*⁵

Por mais que se deva reconhecer o papel da heterodoxia libertária marxista, não deveria ser necessário recordar que o que se chama hoje *marxismo* possui uma história de praticamente 150 anos, a qual deve ser analisada naquilo que foi e não naquilo que gostaríamos que tivesse sido ou naquilo que poderia/deveria ter sido. Sustento, como Cornelius Castoriadis (1986: 20), que a produção intelectual de Marx não tem condições

⁵ Continuo trabalhando com o conceito de estatismo e antiestatismo apresentados no texto anterior (Corrêa, 2013: 215-217). O tema em questão, como se pode ver, é bem recorrente no marxismo: a relação, naquilo que tange ao papel político-estratégico do Estado, entre Marx e o marxismo ortodoxo. Contribui com ele a conhecida carta de Engels a C. Schmidt de 5 de agosto de 1890, na qual afirma que Marx, referindo-se ao marxistas franceses do fim dos anos 1870, teria dito: “Tudo o que sei é que não sou marxista”. (Engels, 1890)

de explicar o marxismo histórico e este, quando analisado, deve ser tomado em perspectiva. Retomo isso, pois não foi a “deformação anarquista do marxismo” que subsidiou a ideia de que “Marx é um autoritário, um centralista, um estatista” (autor). Historicamente, a quase totalidade daqueles que se reivindicaram continuadores de Marx assim o interpretou e desta maneira praticou seu marxismo.⁶ E isso ocorreu a despeito de que “toda uma tradição de autores e o próprio Marx disseram que suas teses do *Manifesto* deveriam ser revistas” (autor).

“A Guerra Civil na França: Marx antiestatista?”: propósito e incompletudes

Explico agora alguns aspectos da produção de meu texto original, os quais, reconheço, se fossem todos colocados no texto original teriam contribuído para evitar dúvidas e desentendimentos.

Partindo da hipótese de um Marx antiestatista pós-Comuna e constatando que os autores que concordam com ela têm como referência A Guerra Civil na França, decidi realizar uma análise deste documento para verificar em que medida ele pode subsidiar, com segurança, o argumento da mudança de Marx, em termos de teoria da revolução e estratégia política, para uma perspectiva antiestatista. Tal foi o propósito de “A Guerra Civil na França: Marx antiestatista?”; não mais do que isso.

Minha análise teve como foco *apurar em que medida a Comuna de Paris, um episódio histórico revolucionário de antiestatismo* – como bem comprovado naquela que, para mim, é a melhor obra sobre a história da Comuna em português: *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*, de Alexandre Samis (2011) –, *era, neste texto, recomendada por Marx como um modelo de transformação social a ser seguido pelo movimento internacional de trabalhadores.*

⁶ Recomendo, para reforço deste argumento, o longo artigo de resposta ao periódico *International Socialism* de Lucien van der Walt (2011), no qual polemiza com trotskistas que diziam defender a autogestão.

A resposta que dei foi a seguinte: “Compreende-se, pelos elementos analisados, não haver bases seguras para afirmar que *A Guerra Civil na França* possua elementos político-doutrinários capazes de subsidiar uma teoria da revolução e uma estratégia política”. E que, por isso “*A Guerra Civil na França* deve ser tomada como uma obra histórica de Marx, com poucos, se é que há alguns, elementos político-doutrinários”.⁷ (Corrêa, 2013a, 223)

Ou seja, minha conclusão, *em relação à análise deste texto*, é que, por um lado, *ele certamente deve ser considerado um documento histórico*, mas, por outro, *em termos de estratégia política*, ele é, *no máximo, um documento ambíguo*. Posição que, mesmo levando em conta a crítica do autor, continuo a manter. Essa é, portanto, a única “tese”, a única conclusão do meu texto. *Quando falo em ambiguidade, reconheço, sem dúvida, que a hipótese do Marx antiestatista pós-Comuna é uma possibilidade, mas insisto que A Guerra Civil na França não possui subsídios e nem é clara o suficiente para respaldar conclusões mais definitivas a este respeito.*

Consequentemente, meu artigo não tem como conclusão, para utilizar os termos do autor, que “Marx é um estatista incorrigível”, que “Marx em *A Guerra Civil na França* é estatista, mas não o diz”, que “processos e práticas ocorridos na Comuna descritos por Marx não eram o que ele efetivamente defendia”, que “todos os autores que querem encontrar em Marx pós-Comuna de Paris, um pensador que defendia o fim do estado desde o principio da revolução, enganaram-se redondamente”; e, finalmente, meu artigo também não pretende “demonstrar esta essência nefasta do ‘marxismo’”.

Quando escrevi “*A Guerra Civil na França: Marx antiestatista?*”, nunca pretendi responder, somente com este texto e definitivamente, se, depois da Comuna, Marx realmente modificou suas posições nos termos anteriormente definidos. Afirmar que o

⁷ Antes disso, indiquei: “*muito provavelmente*, ele [Marx] referiu-se, nesse texto, tão somente ao que foi o episódio histórico da Comuna”. (Corrêa, 2013a: 223, grifos adicionados)

texto de Marx pode falar por si mesmo ou ser cristalino o suficiente para dar esta resposta significa substituir a reflexão sobre os fatos históricos pela exegese do texto; algo completamente anti-histórico em minha avaliação. Tal resposta exige um estudo não apenas do *texto*, mas, incontornavelmente, do *contexto*.

Como se pode notar, no meu artigo dedico-me apenas ao primeiro aspecto. Trata-se de uma *análise deste texto de Marx sobre a Comuna de Paris*; o passo inicial de uma investigação mais ampla que, para ser aprofundada, necessita, obrigatoriamente, abarcar o contexto em que este texto se insere. Quando aponte as resoluções do Congresso de Haia de 1872 – relativas à demanda de constituição da classe em partido e da conquista do poder político, assunto ao qual retornarei mais à frente – não fiz mais do que *indicar que havia aspectos contextuais que necessitariam ser analisados para que fosse possível se estabelecerem conclusões ou teses mais definitivas*.

Entretanto, se meu texto definitivamente possui esta incompletude, e nunca pretendi que não a tivesse, a crítica do autor também não aborda devidamente o contexto e nem oferece maiores evidências que permitam confirmar, com certeza, a hipótese do Marx antiestatista pós-Comuna. Seu artigo dedica-se a realizar uma crítica dos procedimentos metodológicos que adotei, a efetuar uma análise distinta do mesmo documento que analisei e a estabelecer uma relação entre o texto de Marx e outros elementos teóricos de sua obra. É verdade que este último aspecto avança modestamente em dito contexto, mas está bem distante de uma *contextualização consistente e profunda, que envolva os aspectos teóricos mas, especialmente, os aspectos históricos que abarcam Marx, em termos de obra e prática política*.

Obviamente, não pretendo empreender tal contextualização neste momento. O que farei, adiante, será aportar elementos e questões contextuais visando avançar na investigação da mencionada hipótese.

“A Guerra Civil na França: Marx antiestatista?”: método

Devo reforçar que procuro estudar Marx por meio de um *procedimento metodológico antidogmático – e, exatamente por isso, não ideologizado – que ofereça condições para tanto*. Busco, como recomenda René Berthier (2010a: 13), afastar-me “de uma abordagem ideológica, que consiste em conservar aquilo que os protagonistas disseram de si mesmos e de seus respectivos rivais, e de tomar suas declarações como certeza sem qualquer exame crítico” e aproximar-me de uma “abordagem histórica, que permita eliminar boa parte das oposições” e compreender o objeto com seriedade, profundidade e contextualização.

Quando o autor escreve: “Coisa estranha se passa: Felipe Corrêa entende mais de Marx do que o próprio Marx”, ele, querendo ou não, indica que aquilo que alguém (neste caso, Marx) diz de si mesmo é sempre correto e verdadeiro ou mesmo que esta pessoa não pode dizer uma coisa num momento e outra noutro. Algo similar se passa quando ele tenta captar o que eu supostamente teria pensado: “Eu sei que Marx disse isto no *Prefácio do Manifesto*. Eu sei que ele disse isto na carta a Kugelmann. Contudo, não importa o que ele disse, mas sim a análise que eu fiz do texto dele”. (autor)

Em vista de apoiar-me num método crítico – e, por isso mesmo, antidogmático e não “ideológico”, conforme definição acima –, questiono permanentemente, dentre outras coisas, no caso de Marx, aquilo que ele diz de si mesmo, aquilo que ele diz que faz, aquilo que declara pública e privadamente; tomo tudo isso como hipóteses e busco confirmá-las. Não foi nada mais do que isso que fiz em meu texto e creio que este procedimento contribui com o entendimento do assunto em questão.

Casos que justificam a relevância deste procedimento são, por exemplo, as discussões sobre o método de Marx e suas posições acerca da Guerra Franco-Prussiana.

Quando se busca apreender o método marxiano, a depender da interpretação, podem-se identificar diferenças marcantes entre aquilo que ele diz fazer em sua produção intelectual e aquilo que realmente faz. Isso me parece evidente quando se comparam as linhas gerais do método enunciado no prefácio à *Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política* e a complexidade metodológica utilizada – e que, portanto, encontra-se embutida – no conjunto de sua obra. Neste prefácio, aquilo que Marx diz que faz encontra-se bem aquém daquilo que ele de fato faz em sua obra. Além disso, se o prefácio for interpretado na chave economicista da relação entre infra e superestrutura – como historicamente foi, por distintos intérpretes – ele inclusive divergiria do método adotado em outros textos, como *O Dezoito Brumário*.

Quando se buscam apreender as posições de Marx sobre a Guerra Franco-Prussiana, há disparidades marcantes entre suas posições públicas e privadas. As primeiras, presentes, dentre outros lugares, nas duas primeiras mensagens de *A Guerra Civil na França*, são completamente distintas das segundas. Numa carta a Engels de 20 de julho de 1870 Marx coloca:

Os franceses precisam de uma surra. Se os prussianos forem vitoriosos, a centralização do poder do Estado será útil à centralização da classe operária alemã. A predominância alemã, também, transferirá o centro de gravidade do movimento, do Oeste da Europa, da França, para a Alemanha e basta comparar o movimento nos dois países, de 1866 até agora, para ver que a classe operária alemã é superior à francesa, tanto do ponto de vista da teoria quanto da organização. A predominância sobre a França, diante do mundo, seria também a predominância da nossa teoria sobre a de Proudhon. (Marx, 1989c: 3-4)

Entender a posição de Marx em relação ao conflito entre França e Prússia exige, como se vê, que as duas posições, pública e privada, sejam levadas em conta.

Com ambos os exemplos quero enfatizar que *não se trata de entender de Marx mais que o próprio Marx e nem mesmo de descartar o que ele disse e considerar apenas minha análise dele, mas de analisá-lo criticamente; tanto aquilo que ele diz que*

faz quanto suas posições devem ser devidamente contextualizados e não tomados como verdades apriorísticas.

A crítica metodológica que o autor faz do meu texto pode ser sintetizada em três eixos. Segundo ele, Corrêa: 1.) “Divide Marx em dois, um que é analista e historiador da Comuna e outro que é o pensador-militante da I Internacional”; 2.) “Isola momentos do texto em detrimento da totalidade do texto analisado e em detrimento das colocações posteriores do próprio Marx” e, além disso, “recorta trechos de acordo com seus interesses” e “deform[a] seu sentido”; 3.) “Considera na análise o que Marx deveria ter dito em detrimento do que ele disse”.

Voltarei ao primeiro eixo adiante. Por ora, sublinho que a cisão de Marx não é parte inerente ao meu método e nem algo tomado *a priori*. Certamente há um só Marx, mas devemos assumir que, a depender do contexto, ele pode estar fazendo coisas distintas e isso deve ser levado em conta. Dentre outros aspectos, é relevante buscar seus interlocutores e a finalidade de seus textos. Ou seja, no caso em questão, apreender o que Marx pretendia quando redigiu *A Guerra Civil na França*.

Tendo a concordar com o as palavras do autor que “do ponto de vista dos textos de Marx, não há tal separação entre o teórico e suas posições políticas” e que “toda a obra de Marx é no sentido de demonstrar esta afirmação”. Mas penso também que, em vista de parte considerável do marxismo (sem excluir membros de sua vertente heterodoxa/libertária) encontrar-se presa ao primeiro polo da dicotomia *socialismo científico e neutralidade científica*, suas análises são, muitas vezes, prejudicadas.⁸ Este equívoco aparece em alguns trechos do autor. Segundo ele, para mim, Marx “teria se

⁸ Essa discussão é bastante complexa e não pretendo aprofundá-la neste momento. Considero que ambas as posições estão equivocadas; se a primeira (socialismo científico) tende a confundir a leitura histórica passada/presente com finalismo político, a segunda (neutralidade científica) tende a buscar uma isenção e uma objetividade positivista nessa leitura histórica que não existem. Àqueles que tiverem interesse em conhecer o que penso sobre o tema, recomendo “A Distinção Entre as Categorias Ciência e Doutrina/Ideologia na obra de Errico Malatesta” (Corrêa, 2013b), o qual efetua uma mediação entre ambas as posições que julgo pertinente.

restringido a analisar a Comuna, mas não se posicionado diante dela”; ademais, ele complementa: “em *O Capital*, Marx não se restringe a analisar a Economia Política, ele se coloca, se posiciona”. O fato de Marx posicionar-se e colocar-se parece-me bastante óbvio, visto que qualquer um, em geral, posiciona-se e coloca-se em suas análises da realidade. Eu mesmo disse isso claramente quando, em relação a *A Guerra Civil na França*, enfatizei: “não há dúvidas que Marx o fez tomando partido claro de um dos lados”. (Corrêa, 2013a: 223)

Ainda assim, há uma enorme diferença entre posicionar-se e colocar-se diante de um episódio estudado, como Marx faz, e transformar sua análise “engajada” em programa ou objetivo político-estratégico. Tal é o cerne da minha questão neste debate. Não se trata de colocar as coisas na chave da mencionada polarização. A transformação destes dois elementos em um, sua fusão, se de um lado pode contribuir com a formulação de programas que Marx decidiu não elaborar em vida, por outro, corre um sério risco de prejudicar a devida compreensão de seus escritos. Para mim, em geral, que, *numa análise histórica, essa transformação automática de análises engajadas e críticas em proposições oferece riscos, pois frequentemente deturpa o pensamento original daquele que as formulou.*⁹

Enfim, também não concordo com o autor que Marx tenha, necessariamente, de ser estudado pelo método marxiano. Considerar, no campo da análise, utilizando as palavras do autor, que “não existe procedimento mais antimarxista do que o proposto por Felipe Corrêa”, visto que “Marx não pode ser antimarxista”, indica dogmatismo. Se em algum momento constata-se que há elementos teórico-metodológicos que permitem estudar Marx de uma maneira mais adequada do que aquela que ele mesmo propôs para

⁹ São exemplo desta fusão aquelas extrapolações que consistem em virar críticas de Marx de cabeça para baixo para conceber programas político-estratégicos, tomando por base textos sem quaisquer proposições explícitas neste sentido e sustentando que elas estariam embutidas nas críticas. Não sou completamente contrário à utilização deste procedimento, mas considero que as evidências por ele produzidas são bem mais frágeis do que aquelas que se encontram em suas próprias formulações.

o estudo da realidade, eles devem ser utilizados. Não fazer isso, neste caso, significaria querer forçar o encaixe da complexidade do objeto num arcabouço teórico-metodológico insuficiente; nada mais autorreferente e, assim, “anticientífico”. *O pensamento e a prática de Marx, tomados como objeto de estudo, não possuem qualquer exigência intrínseca ou imanente em termos de teoria e método*; fato este que, inclusive, foi percebido por autores marxistas.

Em relação ao segundo eixo, reconheço e aceito duas críticas do autor. A primeira, relativa à maneira como, em geral, organizei as citações, a qual decerto poderia ser aprimorada. Decidi agrupá-las por tema para melhorar a economia do texto e isso, em determinados momentos, pode realmente ter privado os leitores de seu devido entendimento. A segunda, relativa ao trecho em que Marx (2008: 399) coloca: “Mas a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria de Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos”. Concordo integralmente que a maneira que fiz a citação impossibilitou que este trecho fosse apropriadamente compreendido, mas concordo apenas parcialmente que, nele, Marx tenha contraposto o manifesto *communard* dizendo, conforme a explicação do autor, que “a classe operária não deve se limitar a ocupar o poder governamental, não deve colocar a máquina de estado para funcionar segundo seus interesses”. Digo parcialmente, visto que Marx fala em “the ready-made state machinery” [“maquinaria de Estado já pronta” na tradução que utilizei, “máquina do Estado como se apresenta” na tradução que utilizada pelo autor]. A dubiedade anteriormente mencionada continua a existir, visto que este trecho pode ser interpretado de duas maneiras: 1.) A máquina do Estado *como existe atualmente* não pode ser utilizada; 2.) A máquina do Estado *em si* não pode ser utilizada.

Mesmo assim, penso que a crítica geral do segundo eixo é, em grande medida, injusta. Ainda que com o mencionado problema da citação, e voltando a examinar criticamente todas as outras citações que fiz, *não estou de acordo que eu tenha arbitrariamente suprimido ou manipulado trechos para fazer com que eles dissessem aquilo que não dizem*. Como se pode notar, busquei no texto de Marx os principais argumentos e eles estão todos expostos no texto; as cartas foram todas colocadas na mesa. Discordar da análise que fiz não significa que os dados de análise que apresentei tenham sido deturpados.¹⁰

Também discordo do terceiro eixo da crítica e creio que o autor se equivoca ao afirmar: “Se Marx tivesse escrito da maneira como ele [Corrêa] prescreve, aí *A Guerra Civil na França* seria um documento ‘político-doutrinário’ e uma ‘estratégia da revolução’.” Ele sustenta que meu procedimento foi: 1.) Estabelecer o que deveria ter sido dito por Marx para que a esse texto pudesse ser atribuído um caráter político-estratégico; 2.) Analisar o texto de Marx a partir deste dever-ser e chegar a uma conclusão. Nas palavras dele: Corrêa “considera na análise o que Marx deveria ter dito em detrimento do que ele disse”. Na verdade, o procedimento que adotei foi outro: 1.) *Partir do texto de Marx, considerando as questões do idioma original em que ele foi escrito*; 2.) *Analisar, em relação às opções que este idioma oferecia a ele e entendendo suas escolhas, em que medida àquilo que foi escrito se poderia atribuir um caráter político-estratégico*.

Há uma grande distância entre o formalismo linguístico, semântico e verbal a mim atribuído pelo autor e o procedimento adotado. Retomo meu argumento sobre a terminologia do texto de Marx em seu idioma original. Parto das seguintes questões: Se

¹⁰ Não entrarei em maiores debates sobre isso, mas convido os leitores interessados que revejam os trechos de *A Guerra Civil na França* que exponho e que os compare com aqueles expostos pelo autor. Realmente, não identifico grandes diferenças, para o propósito deste debate, entre minhas citações e as dele, excetuando-se, evidentemente, aquela já mencionada.

o léxico do inglês conta com maneiras precisas e inclusive graduais para se recomendar algo¹¹, e se Marx conhecia muito bem o inglês, por que ele escolheu utilizar termos ambíguos que sequer possuem o sentido estrito de recomendação? Se Marx realmente queria recomendar o modelo da Comuna, por que não o fez por meio de termos precisos e comumente usados para evitar as dubiedades?

Não se trata, como colocou o autor, de “formalismo da análise”, de “cirandas linguísticas” e nem de uma “falha imperdoável de Karl Marx”, mas de uma análise que leva em conta suas escolhas terminológicas e busca verificar se elas têm algo a contribuir com a discussão. Tal escolha, a meu ver, indica que Marx preferiu, nestes trechos, permanecer ambíguo.

Contextualizando *A Guerra Civil na França* e Marx no período pós-Comuna

A discussão de qualquer pensador e/ou militante cuja obra e vida tenham densidade e complexidade, como é o caso de Marx¹², envolve certas precauções. Dentre elas, conforme argumentei antes, é necessário *contextualizar Marx*. Reconhecendo que meu texto e o do autor praticamente não fazem isso, tentarei, neste momento, avançar sucintamente em tal direção.

Elaboro a seguir três questões relativas a *A Guerra Civil na França* e seis questões relativas ao Marx pós-Comuna. Não ofereço respostas definitivas e não pretendo esgotar o assunto ou fundamentar teses conclusivas. Escolhi esta forma textual não por retórica, mas porque meu intento é apontar interrogações, possíveis caminhos e aspectos incontornáveis neste debate, os quais necessariamente têm de ser mais detidamente investigados.

¹¹ No caso em questão, Marx poderia ter usufruído da diferença de graduação na recomendação por meio da distinção, inexistente no português, entre os auxiliares “should” / ought to [“deve” no sentido de sugestão] e “must” [“deve” no sentido de obrigação]. Mas escolheu não ir por este caminho.

¹² Sobre esta densidade e esta complexidade, ver, por exemplo: Bernardo, 1977.

No que tange à contextualização de *A Guerra Civil na França*, as questões a seguir referem-se, respectivamente, a seus interlocutores e sua finalidade, às circunstâncias em que foi produzida e ao status atribuído por Marx às suas partes. Exponho alguns elementos que permitem relativizar o argumento de que este texto marcou a virada de Marx para uma perspectiva antiestatista.

1.) *O que Marx pretendia quando redigiu A Guerra Civil na França? Quais eram seus interlocutores e a finalidade de seu texto?*

Buscar resposta para estes questionamentos não significa cindir, desmembrar ou disciplinarizar Marx, como o autor supõe que faço, ao separar o Marx historiador do pensador-militante da Internacional. Significa, mais especificamente, considerar o texto em perspectiva para evitar a arriscada fusão anteriormente indicada.

Creio que a versão mais comumente aceita é que, com este texto, Marx pretendia *difundir a experiência da Comuna de Paris entre os trabalhadores do mundo, proporcionando condições para que ela lhes ensinasse algo, além de demonstrar a solidariedade da Internacional aos communards*. A hipótese de que Marx fazia não apenas isso, mas também *apontava um novo programa para estes trabalhadores*, decerto existe, mas ela não responde uma série de outras perguntas que serão colocadas à frente.

Ainda assim, há uma outra hipótese, que pode ser estabelecida a partir da carta de Marx a Sorge de 9 de novembro de 1871, citada aqui a partir de sua versão em inglês:

Uma seção da Internacional, Seção francesa de 1871 (com cerca de 24 membros), foi formada aqui entre os *refugiados franceses*, entrando imediatamente em conflito com o *Conselho Geral* porque pedimos que fizessem mudanças em seu Regulamento. Isso provavelmente resultará em uma *cisão*. Essas pessoas estão trabalhando juntamente a alguns dos refugiados franceses na Suíça

que, por sua vez, estão conspirando com o homem da Aliança da Democracia Socialista (Bakunin), que foi por nós dissolvida. O objeto de seu ataque não é os governos e as classes dominantes da Europa, aliados contra nós, mas o Conselho Geral de Londres, e particularmente minha humilde pessoa. Essa é sua gratidão por eu ter perdido quase cinco meses trabalhando para os refugiados e ter atuado como seu defensor em *A Guerra Civil na França*. (Marx, 1989a: 241)

O original em alemão desta última frase [Dies der Dank dafür, dass ich fast 5 Monate in Arbeiten für die Flüchtlinge verloren und durch die “Address on the Civil War” als ihr Ehrenretter gewirkt habe] não fala em *atuar como defensor*, mas em *salvar a honra* da Comuna. Desconsiderando o disparate de Marx em supor que poderia salvar a honra dos *communards* com seu escrito, é possível supor que os interlocutores de Marx, além dos trabalhadores do mundo, incluíssem, concomitante, os exilados franceses, e que sua finalidade, com *A Guerra Civil na França*, fosse, além daquelas já enunciadas, atrair estes refugiados para seu próprio campo.

Esse interesse político pode ter contribuído tanto com a opção de Marx pela ambiguidade quanto com sua escolha de não expor a totalidade de suas críticas à Comuna, as quais manifestou nos esboços de seu texto e na correspondência a Kugelmann. Trata-se, conforme mencionei, de uma hipótese, que exige estudos mais aprofundados para ser confirmada; o restante deste artigo possui indicativos que podem colaborar com este intento.

2.) *Quais foram as circunstâncias em que A Guerra Civil na França foi produzida e seus possíveis impactos sobre a produção de Marx?*

Sabe-se que este escrito foi assinado em nome do Conselho Geral da Internacional, e isso possui implicações. Quando se elabora um documento coletivo, há limites, algumas vezes consideráveis, para as posições individuais daquele que escreve. Este deve, na imensa maioria dos casos, buscar harmonizar suas posições com as de outros membros do coletivo.

O próprio Marx assumiu ter trabalhado deste modo quando redigiu os “Estatutos” da Internacional, conciliando as apreciações existentes e, inclusive, incorporando uma terminologia que não lhe parecia a melhor. (Cf. Mehring, 2014: 354) *Quer dizer, por mais que a redação seja de Marx, o fato de este ser um documento coletivo não nos permite assumir, automaticamente e sem contextualização, que seu autor possui absoluta concordância com a integralidade do texto.*

Penso que havia uma necessidade de que as apreciações expostas em *A Guerra Civil na França* tivessem ao menos algum respaldo naquelas dos outros membros do Conselho e mesmo das seções internacionalistas. Isso exige que se avance em estudos que respondam em que medida as posições de Marx coadunavam com a de seus companheiros de conselho e a base da Internacional.

Enfim, tomando em conta o papel importantíssimo da Internacional francesa na Comuna (Samis, 2011) e a imensa repressão à que esta vinha sendo submetida, podem-se fazer dois questionamentos. Em que medida, com pouquíssimas exceções, os internacionalistas não ficaram extremamente motivados com aquilo que acontecia, apesar de suas posições prévias? E em que medida, para um internacionalista honesto, era possível ou mesmo desejável criticar a Comuna? Minha impressão é que *o entusiasmo com a Comuna contagiou a imensa maioria dos internacionalistas, e com Marx isso não foi diferente, e que aquela não era uma situação em que as críticas públicas fossem possíveis ou desejáveis.*

3.) *Qual foi o status que Marx atribuiu às distintas partes de A Guerra Civil na França?*

Sobre isso, gostaria apenas realçar que, ao criticar meu texto, o autor utilizou, algumas vezes, como base de seu argumento, os *esboços do texto de Marx*. Julgo que *estas fontes podem indicar caminhos, hipóteses, mas definitivamente não constituem*

evidências ou provas para fundamentar uma tese, uma conclusão mais definitiva. Volto a sublinhar que tais fontes têm de ser contextualizadas e, assim, colocadas em perspectiva relativa com o pensamento e a prática de Marx.

* * *

No que tange à contextualização de Marx no período pós-Comuna, as questões a seguir aportam elementos que mesclam história e lógica com as posições historicamente assumidas por Marx. Exponho alguns elementos que me parecem colocar em xeque a tese do Marx antiestatista pós-Comuna.

1.) Se Marx realmente modificou suas posições político-estratégicas com a Comuna, assumindo posições antiestatistas, por que esta profunda transformação não foi por ele mais claramente exposta e discutida em termos conceituais e por que as vantagens do antiestatismo não foram mais detalhadamente evidenciadas?

Mesmo depois da Comuna, Marx optou por dar continuidade à relativa ambiguidade que marca seus escritos anteriores em relação à necessidade de conquista do Estado. No *Manifesto Comunista* (Marx e Engels, 2010: 89, 87), se a definição de poder político como “poder organizado de uma classe para opressão de outra” é mais nítida – e concordo que mantenha suas linhas gerais ao longo do tempo – a *conceituação de Estado (comunista) como “proletariado organizado como classe dominante” é ambígua*. Ela não apenas permite o intercâmbio dos termos – o qual, cumpre destacar, era realizado pelos trabalhadores internacionalistas –, mas autoriza, em certa medida, aqueles que dela usufruem, que “dancem conforme a música” do contexto.

De Engels em diante, é nítido para mim que isso foi feito por toda a tradição marxista. A imensa maioria interpretou que a conquista do poder político exigia a tomada do Estado, pelas eleições no caso da socialdemocracia e pela revolução no caso

do bolchevismo. Uma pequena minoria interpretou que, tomado o Marx pós-Comuna, a conquista do poder político deveria ser conceituada como “constituição da classe operária em organismo político de classe autodeterminada, que defende seus interesses de classe” (autor).

O que se poderá ver à frente é que o próprio Marx aparentemente usufruiu desta ambiguidade presente no *Manifesto*, a qual não foi solucionada (a meu ver, propositalmente) depois da Comuna. *Mesmo com a derrota dos communards, Marx continuou usando os mesmos termos do Manifesto Comunista e preferiu não (re)conceituá-los e explicá-los detalhada e publicamente. Além disso, não há sequer um texto de Marx em que ele argumente mais detidamente em favor das vantagens do antiestatismo*, algo que, em termos lógicos, seria importante, em face de tão grande mudança e dos conflitos da Internacional. *Em relação a esta necessidade*, derivada do próprio contexto da Internacional e do desenvolvimento da socialdemocracia, *Marx preferiu permanecer ambíguo*, o que nos leva a uma segunda questão.

2.) *Por que as noções de constituição da classe em partido e de conquista do poder político em geral, e as noções de política, partido e Estado em particular, aparecem, depois da Comuna, ainda bem próximas de como eram utilizadas no Manifesto Comunista?*

Num discurso na Conferência de Londres, proferido em 20 de setembro de 1871, Marx coloca:

Mas a ação política deveria estar de acordo com as condições de cada país. Na Inglaterra, não é muito fácil para um trabalhador chegar ao Parlamento. Como os membros do Parlamento não recebem qualquer compensação, e o trabalhador precisa trabalhar para se sustentar, se o Parlamento se torna inacessível a ele, e a burguesia sabe muito bem que sua teimosa recusa em permitir salários para os membros do Parlamento é um meio de evitar que a classe trabalhadora seja nele representada. [...] Mas a tribuna é o melhor instrumento de publicidade [e] não se deveria jamais crer que ter trabalhadores no Parlamento é algo de pouca importância. Se por um lado suas vozes

são abafadas [...] ou se eles são expulsos [...], as represálias e repressões exercem um profundo efeito sobre o povo. Se, por outro lado, lhes é permitido falar do alto da tribuna parlamentar, como o fazem Bebel e Liebknecht, o mundo inteiro lhes ouve. Tanto num caso quanto noutro, nossos princípios ganham enorme divulgação. [...] Se os governos nos são hostis, é preciso responder a eles com todos os meios de que dispomos e lançar uma cruzada geral contra eles. Colocar trabalhadores no Parlamento é sinônimo de uma vitória sobre os governos, mas é preciso escolher os homens certos, não Tolains. [...] A Associação sempre pediu, e já há muito tempo, que os trabalhadores se ocupassem com a atividade política. (Marx, 2014: 304-305)

Neste trecho, posterior à Comuna, Marx: *relaciona diretamente as noções de “ação política” e “atividade política”, ou seja, a política dos trabalhadores, com a conquista do Estado por meio das eleições ao Parlamento; elogia ao mesmo tempo a tribuna como “melhor instrumento de publicidade” e a ação eleitoral da socialdemocracia nas pessoas de Bebel e Liebknecht; com isso, revela, ao menos parcialmente, sua concepção de ação política, que nunca é explicitada nestes termos nos documentos públicos da Internacional.*

Esta última frase de Marx joga alguma luz na interpretação das expressões dos documentos da Internacional que, desde 1864, geraram polêmica entre seus membros. (Guillaume, 2009: 49-83) Ela também contribui com a interpretação da “Resolução sobre a Ação Política da Classe Trabalhadora” redigida por Marx e aprovada pela da Conferência de Londres de setembro de 1871, esta mesma que contou com o referido discurso. (Marx, 1871, grifos adicionados)

Neste documento, Marx inicia retomando como a questão da política foi abordada nos documentos da Internacional. O “Preâmbulo” dos *Estatutos* de 1864 falam que “a emancipação econômica das classes trabalhadoras é o grande fim ao qual todo movimento político deve estar subordinado como meio”; o *Manifesto Inaugural* de 1864 sustenta que “conquistar o poder político tornou-se, portanto, o grande dever das classes trabalhadoras”; o Congresso de Lausanne de 1867 resolveu que “a emancipação

social dos trabalhadores é inseparável de sua *emancipação política*”; o Conselho Geral, em 1870, recomendou que as seções inglesas e americanas tivessem a “missão especial [... de] apoiar, em seus respectivos países, todo *movimento político* que tenda à realização de nosso último fim – a emancipação econômica da classe trabalhadora”.

Ele continua, discutindo dominação/poder político e partido político. Segundo sua conceituação: a “dominação política” é o “poder coletivo das classes proprietárias” e “a classe trabalhadora não pode agir, como uma classe, senão constituindo-se em um partido político”. Em seguida, retoma a resolução de Lausanne que considera que “seu [da classe trabalhadora] movimento econômico e sua ação política estão indissociavelmente ligados”.

Verifica-se, aqui, que a interpretação conceitual do binômio poder/partido utilizada pelo autor que critica meu artigo certamente é uma *possibilidade*. E *provavelmente a intenção de Marx com a ambiguidade de seus textos a este respeito tivesse mesmo por interesse contemplar pessoas com esta leitura*. Entretanto, a afirmação de Marx no discurso de 20 de setembro elucida, distintamente daquilo que consta na Resolução, que *seu paradigma, ao abordar o problema, era a socialdemocracia alemã e, portanto, a conquista do poder político por meio das eleições para o Parlamento do Estado*. Estas ambíguas resoluções de Londres pautaram as deliberações do Congresso de Haia, de 1872, o qual deu continuidade à dúbia fórmula de conversão da classe em partido e da conquista do poder político.

Segundo o autor, atribuir ao termo “partido” em Marx o sentido que hoje utilizamos, “como organizações burocráticas que visam a conquista do poder de estado é um erro analítico grave, pois não insere na historicidade concreta o desenvolvimento do uso das palavras”. Contudo, *a socialdemocracia e os partidos eleitorais que se encontravam no campo de relações e alianças de Marx constituem um paradigma de*

partido. Este modelo distingue-se não somente dos partidos contemporâneos, mas da noção de partido de classe que sustenta o autor e da noção de partido em Bakunin que é por ele mencionada. Como se verá adiante, Marx possui posições em relação ao dito paradigma que contradizem a noção do autor de que sua concepção de partido é tão somente esta de partido de classe.

3.) *Por que Marx, no discurso de encerramento do Congresso de Haia, critica a “abstenção política” de um setor dos trabalhadores e responde a ela, dentre outras coisas, apontando a possibilidade de mudanças por meios pacíficos nos países que contavam com a perspectiva de eleições para os trabalhadores?*

Neste discurso, proferido em 8 de setembro de 1872, Marx menciona que o congresso de Haia

proclamou a necessidade, para as classes operárias, de combater no terreno político como no terreno social a velha sociedade que se desmorona; e felicitamo-nos por ver entrar doravante nos nossos estatutos esta resolução da Conferência de Londres. Tinha-se formado no meio de nós um grupo que preconizava a abstenção dos operários em matéria política. [...] Sabemos que há que ter na devida conta as instituições, os costumes e as tradições dos diferentes países; e não negamos que *existem países como a América, a Inglaterra, e se conhecesse melhor as vossas instituições, acrescentaria a Holanda, onde os trabalhadores podem atingir o seu objetivo por meios pacíficos*. Se isto é verdade, também devemos reconhecer que na maior parte dos países do continente a força é que deve ser a alavanca das nossas revoluções; é à força que se terá de fazer apelo por algum tempo a fim de estabelecer o reino do trabalho. (Marx, 1872, grifos adicionados)

Se Marx reconhece que havia países que, em função de suas instituições, de seus costumes e de suas tradições, a violência revolucionária seria necessária, ele também sustenta que Alemanha, Estados Unidos e Holanda contariam com a possibilidade de serem transformados por meios pacíficos, justamente os países que possuíam condições de os trabalhadores disputarem eleições. Aqui, Marx aparentemente antecipa uma estratégia costumeiramente utilizada pelos partidos marxistas que optaram pela disputa de eleições: compatibilizar a luta eleitoral com a luta de massas.

Adentrando a análise histórica da correlação de forças na Internacional, outras perguntas podem ser feitas.

4.) *Por que as ideias de Marx prosperaram muito mais (quase que exclusivamente) entre os partidos e movimentos que defendiam as eleições como meio de conquista do poder político do que entre as seções abertamente antiestatistas, mesmo depois da Comuna?*¹³

René Berthier (2015: 13) justifica que, em termos históricos, a “cisão” de 1872 deve ser entendida, entre outras coisas, como resultado da divergência entre dois projetos políticos: De um lado, os “centralistas”, que sustentavam a noção de que “se devia organizar em partidos nacionais para conquistas o aparelho de poder da burguesia por meio das eleições, conservando sua forma geral e usando-a no interesse do proletariado”, e, de outro, os “antiautoritários”, que defendiam a noção de que “se devia conquistar o poder social, criando formas novas e radicalmente diferentes, que se ajustassem à natureza do proletariado, formas por meio das quais ele teria condições de levar adiante para a reconstrução social”.

Deste modo, segundo os conceitos que utilizo, os primeiros podem ser considerados estatistas e os segundos antiestatistas, sendo a diferença entre eles a compreensão político-estratégica acerca do papel do Estado na revolução e no socialismo. Contudo, conforme aponta Berthier, esta compreensão também foi influenciada pelas condições concretas dos trabalhadores:

O discurso de Marx – *tenha pretendido ele ou não* – reforçava a posição daquelas organizações que podiam, ou que acreditavam que poderiam, obter melhorias em sua sorte por meio das eleições. Aqueles que nada podiam esperar das ações eleitorais inclinavam-se em direção a Bakunin: os trabalhadores estrangeiros de Genebra; a

¹³ Engels reconheceria, nos fins do século XIX, que o marxismo, na Internacional e depois, prosperou entre os setores estatistas que usufruíam dos pressupostos legais para a transformação social: “A ironia da história universal”, diz, “põe tudo de cabeça para baixo. Nós, os ‘revolucionários’, os ‘subversivos’, prosperamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a subversão.” (Engels, 1895)

juventude italiana mal paga, desprezada, sem direitos políticos, desclassificada e sem futuro; os camponeses de Andaluzia e da Itália, esfomeados por culpa dos grandes latifundiários; o proletariado miserável da Itália; os operários da indústria catalã e os mineiros belgas de Borinage. (Berthier, 2015: 13)

Ainda que se possa discordar desta chave interpretativa – a qual, deve-se dizer, tem sido bastante comum nos estudos contemporâneos da Internacional –, o que *aparentemente é mais evidente é o vínculo de Marx com membros, partidos e movimentos que defendiam a conquista do Estado como estratégia política. E mesmo depois da Comuna, isso não se modificou.*

Os documentos e os escritos publicados em *A Internacional: documentos e recordações*, de James Guillaume (1985), e mesmo uma carta de Marx (1989b) de setembro de 1873 subsidiam a compreensão das *relações e alianças de Marx na Internacional, no momento posterior à Comuna.*

Com a concepção de Marx acerca da constituição da classe em partido e da necessidade de conquista do poder político pelos trabalhadores – que foi encaminhada durante a Conferência de Londres e o Congresso de Haia, sem qualquer representatividade das seções (Cf. Berthier, 2015: 66-75) –, assim como a expulsão de Bakunin e James Guillaume, duas importantes lideranças do setor antiestatista da Internacional, o que se viu, entre 1872 e 1873, foi um abandono quase completo do Conselho Geral e de Marx por parte das seções internacionalistas.

Foi constatando isso que Marx (1989b: 534) escreveu sobre o “fiasco do Congresso de Genebra” de 1873, no qual a Internacional Centralista via anunciado seu fim. Conforme aponta Guillaume (1985, vol. 3: 4), praticamente todas as seções que continuavam a existir na Internacional juntaram-se à chamada Internacional Antiautoritária que – fundada em 1872, com a delegação da Federação Espanhola, da Federação Italiana, da Federação Jurassiana e de federações francesas e americanas –,

em sua fundação, além de ter protestado sobre a conduta do Conselho Geral, assim formalizou sua posição acerca da ação política do proletariado:

Considerando: Que toda organização política não pode ser mais do que a organização da dominação em favor de uma classe e em detrimento das massas, e que o proletariado, mesmo se quisesse apoderar-se do poder, tornar-se-ia ele próprio uma classe dominante e exploradora: O congresso reunido em Saint-Imier declara: 1º Que a destruição de todo poder político é o primeiro dever do proletariado; 2º Que toda organização de um poder político – ainda que supostamente provisório e revolucionário – para realizar essa destruição, não pode ser mais do que um novo engano e seria tão perigosa para o proletariado como todos os governos existentes hoje; 3º Que, repudiando todo compromisso em relação à realização da revolução social, os proletários de todos os países devem estabelecer, fora de toda a política burguesa, a solidariedade da ação revolucionária. (Guillaume, 1985, vol. 3: 8)

Tratava-se, evidentemente, de uma *oposição às concepções políticas desenvolvidas por Marx e esposadas pelo Conselho Geral da Internacional*. Mesmo a Federação Belga, que não possuía posições tão severamente antiestatistas como aquelas representadas pelo eixo Espanha / Itália / Suíça Jurassiana, terminou juntando-se à Internacional Antiautoritária.

Este documento permite entender que *as noções de política, partido e Estado do Conselho Geral e de Marx eram, ainda, depois da Comuna, compreendidas pela maior parte dos trabalhadores internacionalistas numa chave próxima daquela do Manifesto Comunista: para eles, historicamente, poder político era tido como sinônimo de Estado*. Nas palavras do autor, “identificar automaticamente poder político e estado na obra de Marx é um equívoco sem igual”; no entanto, *essa foi a interpretação hegemônica dos trabalhadores da Internacional, a qual nunca foi enfaticamente corrigida por Marx*, o que nos leva a uma quinta questão.

5.) *Se Marx tinha realmente modificado sua posição com a Comuna, e se a compreensão dos “antiautoritários” das resoluções de Londres e Haia – que as entendia como uma defesa da conquista do Estado – era somente um mal-entendido de*

suas novas posições, por que ele não procurou dirimir com clareza o desentendimento para disputar aquilo que restava da Internacional?

Não me parece factível que Marx, vendo a quase totalidade das seções lhe abandonar, dentre outras coisas, por entender que sua estratégia política era estatista, teria permanecido passivo.

Conforme aponta Berthier, depois do “fiasco do Congresso de Genebra” de 1873, “Marx e Engels encontravam-se totalmente isolados. Com exceção dos alemães e dos suíços de Genebra, todas as federações repudiaram as decisões tomadas em Haia”. (2015: 102) *Permaneceram no campo de relações e alianças de Marx os socialdemocratas alemães – cujo empenho na construção de seu partido nacional e na disputa das eleições consumiu praticamente todos seus esforços, a ponto de nunca terem aderido formalmente à Internacional – e os suíços de Genebra – oriundos da minoria que cindiu a Federação Românica em 1870 por sustentar, contra a oposição da maioria abstencionista, a necessidade de disputar eleições e, por isso, as alianças com a burguesia radical.* (2015: 44-45, 68-69, 74, 85-87)

Mesmo com o definimento e o fim da Internacional Centralista, Marx continuou a ser um interlocutor privilegiado da socialdemocracia. E apesar das críticas, como aquela da *Crítica do Programa de Gotha* de 1875, ele *permaneceu durante muitos anos reivindicando-a, defendendo-a e contribuindo com ela.*

Em 1878, contrariando um historiador da Internacional, que falava de seu fracasso, Marx aponta:

Na realidade os partidos socialdemocratas dos trabalhadores na Alemanha, Suíça, Dinamarca, Portugal, Itália, Bélgica, Holanda e América do Norte, organizados dentro das fronteiras nacionais, representam justamente grupos da Internacional. Eles não mais representam seções isoladas, distribuídas esparsamente em vários países e agrupadas por um Conselho Geral externo, mas é a própria classe trabalhadora, de forma constante, ativa e direta, que se unifica pela troca de ideias, assistência mútua e objetivos conjuntos. [...]

Assim, longe de acabar, a Internacional se desenvolveu de um estágio para outro mais elevado, no qual muitas de suas tendências originais já foram realizadas, pelo menos em parte. Durante o decorrer deste desenvolvimento constante, experimentará muitas mudanças antes que o capítulo final desta história possa ser escrito. (*apud* Mehring, 2014: 517)

Neste texto, Marx reivindica, praticamente sete anos depois da Comuna, que a *socialdemocracia é a continuadora da obra da Internacional e que o modelo organizativo desta é superior ao daquela*. Não vejo outra maneira de interpretar este trecho senão como Marx evidenciando três preferências: dos partidos socialdemocratas em relação às seções de massas internacionalistas, das disputas eleitorais em relação às lutas econômicas diretas, da conquista do Estado em relação à estratégia antiestatista.

6.) *Por que, com o fim da Internacional e depois da Comuna, o campo privilegiado de relações e alianças de Marx continuou sendo a socialdemocracia e os partidos com foco na disputa de eleições, os quais foram por ele revindicados e defendidos e que contaram com suas contribuições?*

Se a reivindicação e a defesa da *socialdemocracia* foram acima mencionadas, cumpre aqui argumentar que *Marx relacionou-se (pessoalmente e por carta), compartilhou documentos (enviou e recebeu material escrito), discutiu programas, estratégias e táticas com a socialdemocracia e, por isso, contribuiu, mesmo que criticamente, com sua construção e consolidação*.

Analisando seu campo de relações e alianças, o mesmo parece não poder ser dito de qualquer setor antiestatista. *Depois da Comuna, Marx não se relacionou, compartilhou documentos ou discutiu linhas políticas com militantes, grupos, organizações ou movimentos que possam ser inscritos dentro de uma tradição histórica antiestatista*.

A mencionada colaboração de Marx com os partidos operários nacionais cujo principal foco eram as eleições manteve-se, e outro exemplo disso foi o trabalho

conjunto com Guesde, quando redigiu o “Preâmbulo” do programa do Parti Ouvrier francês, fundado em 1880. Mesmo que ele tenha posteriormente rompido com aqueles que se reivindicavam seus seguidores na França, o texto é ilustrativo:

Considerando, Que essa apropriação coletiva [dos meios de produção] só pode surgir de uma ação revolucionária da classe produtiva, o proletariado, organizado em um partido político distinto; Que tal organização deve ser exercida por todos os meios que o proletariado tem à sua disposição, incluindo o sufrágio universal, que será então transformado do um instrumento de engano que tem sido até agora num instrumento de emancipação; Os trabalhadores socialistas franceses, ao adotar como objetivo de seus esforços a expropriação econômica e política da classe capitalista e o retorno para a comunidade de todos os meios de produção, decidiu, como um meio de organização e luta, participar das eleições com as seguintes demandas imediatas: (Marx, 1880)

Segue a este “Preâmbulo” um conjunto de reivindicações políticas e econômicas redigido por Guesde. *Marx insiste ainda na tese da transformação da classe em partido, vinculado-o diretamente às disputas eleitorais. E mais: propõe transformar o sufrágio universal, convertendo-o de um instrumento de engano num instrumento de emancipação.* Claramente, as eleições são aqui consideradas um meio possível para, nas palavras de Marx, a “expropriação econômica e política da classe capitalista e o retorno para a comunidade de todos os meios de produção”.

Últimos apontamentos

Acredito que, com este texto, pude esclarecer algo sobre o propósito, as incompletudes e o método que utilizei em “*A Guerra Civil na França: Marx antiestatista?*”. Creio, também, que consegui aportar alguns elementos que me parecem relevantes para a contextualização de *A Guerra Civil na França* e do Marx pós-Comuna.

Ao passo que julgo estar bastante distante de qualquer conclusão definitiva à respeito, os argumentos apresentados parecem-me colocar em xeque a tese do Marx

antiestatista pós-Comuna e, assim, a tese de que *A Guerra Civil na França* seja um texto que marca esta transformação. Pelo menos até este momento, se eu considero ser possível, desde uma perspectiva teórica, reconstruir um Marx antiestatista posterior à Comuna – e penso que é isso que o autor tenta fazer em seu texto –, desde uma perspectiva histórica, contextual, isso aparentemente não é plausível, nem tomando em conta as posições de Marx na Internacional e mesmo depois dela. Não consigo perceber como seria possível conciliar as posições de Marx citadas nesta última parte do meu texto com a hipótese do Marx antiestatista pós-Comuna.

Por tudo isso, não posso menos que discordar das afirmações do autor, de que meu texto é uma “improcedência do começo ao fim” e que meu argumento é “falho, totalmente falso, além de ser bastante tendencioso”. Penso que explicitiei, por meio de argumentos racionais e elementos teóricos e históricos, meu ponto de vista e trouxe novos elementos e novas perguntas, que estão longe de ser respondidas nas contribuições que, até o momento, foram feitas a este debate. Se não tenho uma tese conclusiva de que “Marx é um estatista incorrigível”, também discordo “é insustentável a proposição de Corrêa de que Marx é estatista”. (autor)

Para que não haja dúvidas, minhas posições, neste momento, acerca do tema em discussão, são as seguintes: 1.) Continuo sustentando que A Guerra Civil na França certamente é um documento histórico e que, em termos de estratégia política é, no melhor dos casos, um documento ambíguo; 2.) Creio que, a depender da maneira como este texto é interpretado e de como ele é relacionado com outros trechos da obra de Marx, é possível se (re)constituir um marxismo heterodoxo e libertário, com o qual certamente possuo congruências, mas que não necessariamente possui uma chave interpretativa historicamente correta em relação à Marx, especialmente em termos político-estratégicos; 3.) Os breves elementos e questões contextuais que apresentei – e

não é demais mencionar que uma contextualização adequada, baseada na seriedade científica, deve buscar não somente trechos que reforcem certa hipótese, mas também que a refutem – são, a meu ver, fortes indícios que colocam em xeque a hipótese do Marx antiestatista pós-Comuna e, assim, de A Guerra Civil na França como o marco desta passagem. Desde um ponto de vista histórico, essa hipótese, no melhor dos casos parece dúbia, e no pior deles equivocada.

Considero que qualquer discussão dessa hipótese que tenha pretensões conclusivas tem obrigação de passar pelos elementos apontados e pelas questões levantadas.

Referências bibliográficas

- AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores). (2012). Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores (Excertos). Em Karl Marx. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo.
- Bakunin, Mikhail. (2001). Carta ao Jornal *La Liberté*, de Bruxelas. Em *Escritos Contra Marx*. São Paulo: Imaginário.
- Bernardo, João. (1977). *Marx Crítico de Marx*. 3 vols. Porto: Afrontamento, 1977.
- Berthier, René. (2010a). *L'Anarchisme dans le Miroir de Maximilien Rubel*. In: Monde Nouveau. Acessado em abril de 2016, de http://monde-nouveau.net/IMG/pdf/Miroir_de_Rubel.pdf.
- _____. (2010b) *Poder, Classe Operária e “Ditadura do Proletariado”*. São Paulo: Imaginário/Faísca.
- _____. (2011). *La Question de la Conquête du Pouvoir*. Em Monde Nouveau. Acessado em abril de 2016, de <http://monde-nouveau.net/spip.php?article332>.
- _____. (2015). *Social-Democracy & Anarchism in the International Workers' Association (1864-1877)*. Londres: Anarres.
- Berthier, René; Vilain; Éric. (2011). *Marxismo e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário.
- Castoriadis, Cornelius. (1986). *A Instituição Imaginária da Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Corrêa, Felipe. (2013a). *A Guerra Civil na França: Marx antiestatista?*. Em *Revista Gestão & Políticas Públicas*, vol. 3, num. 2.
- _____. (2013b). *A Distinção Entre as Categorias Ciência e Doutrina/Ideologia na obra de Errico Malatesta*. Em ITHA. Acessado em abril de 2016, de <http://ithanarquista.wordpress.com/2013/11/22/felipe-correa-distincao-entre-as-categorias/>.

- Engels, Friedrich. (1890). Letter to C. Schmidt, 5 August 1890. Em Marxist Internet Archive. Acessado em abril de 2016, de https://www.marxists.org/archive/marx/works/1890/letters/90_08_05.htm.
- _____. (1895). Introdução a As Lutas de Classe na França de Karl Marx. Em Marxist Internet Archive. Acessado em abril de 2016, de https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/introducao.htm#n88.
- Guillaume, James. (1985). *L'Internationale: documents et souvenirs*, 4 vols. Paris: Gérard Lebovici.
- _____. (2009). *A Internacional: documentos e recordações*. Vol. I. São Paulo: Imaginário/Faísca.
- Malon, Benoit. (2014). *A Internacional: sua história e seus princípios*. São Paulo: Imaginário.
- Marx, Karl. (2008). A Guerra Civil na França. Em *A Revolução Antes da Revolução*, vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. (1871). Resolution of the London Conference on Working Class Political Action. Em Marxist Internet Archive. Acessado em abril de 2016, de <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1871/09/politics-resolution.htm>.
- _____. (1872). Discurso Pronunciado na Reunião de 8 de setembro de 1872 em Amsterdã [relato feito na imprensa]. Em Marxist Internet Archive. Acessado em abril de 2016, de <https://www.marxists.org/portugues/marx/1872/09/08.htm>.
- _____. (1989a). Letter to Friedrich Aldolph Sorge, 9 November 1871. Em MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Collected Works, vol. 44. Londres: Lawrence & Wishart.
- _____. (1989b). Letter to Friedrich Aldolph Sorge, 27 September 1873. Em MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Collected Works, vol. 44. Londres: Lawrence & Wishart.
- _____. (1989c). Letter to Friedrich Engels, 20 July 1870. Em MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Collected Works, vol. 44. Londres: Lawrence & Wishart.
- _____. (1878). Mr. George Howell's History of the International Working-Men's Association. Em Marxist Internet Archive. Acessado em abril de 2016, de <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1878/08/04.htm>.
- _____. (1880). Preamble to the Programme of the Parti Ouvrier. Em Marxist Internet Archive. Acessado em abril de 2016, de <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1880/05/parti-ouvrier.htm>.
- _____. (2014). Sobre a Ação Política da Classe Trabalhadora. Em MUSTO, Marcelo (org.). *Trabalhadores, Uni-vos: antologia política da I Internacional*. São Paulo: Boitempo/Perseu Abramo.
- McKay, Iain. (2008/2012). *An anarchist FAQ*. 2 vols. Oakland: AK Press.
- Mehring, Franz. (2014). *Karl Marx: a história de sua vida*. São Paulo: Sundermann.
- Musto, Marcelo. (2014). Introdução. Em *Trabalhadores, Uni-vos: antologia política da I Internacional*. São Paulo: Boitempo/Perseu Abramo.
- Price, Wayne. (2007). *The Abolition of the State: anarchist and marxist perspectives*. Bloomington: Author House.
- Samis, Alexandre. (2011). *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra.

Van der Walt, Lucien. (2011). Detailed reply to International Socialism: debating power and revolution in anarchism, *Black Flame* and historical Marxism. In: Lucien van der Walt. Acessado em abril de 2016, de <http://lucienvanderwalt.wordpress.com/2011/07/04/journal-anarchism-black-flame-marxism-and-the-ist-debating-power-revolution-and-bolshevism/>.